

# Contracampo

BRAZILIAN JOURNAL OF COMMUNICATION | PPGCOM-UFF

VOLUME 38. NÚMERO 2. 2019. E-ISSN 2238-2577. AGO-NOV2019



**DOSSIÊ**

**MÍDIA, RECONHECIMENTO E  
CONSTITUIÇÃO DE SUBJETIVIDADES**

## Editorial vol. 38 n. 2

### Dossiê Mídia, reconhecimento e constituição de subjetividades

O reconhecimento é um dos conceitos mais importantes e negligenciados nas ciências sociais e na teoria política. Desenvolvido pelo teórico alemão Axel Honneth a partir do pensamento de G. W. F. Hegel, o conceito sem dúvida carrega uma pesada bagagem filosófica. Contudo, através do desenvolvimento prático das ideias inovadoras e profundas de Hegel sobre a natureza relacional da vida humana, o conceito de “reconhecimento” – isto é, a necessidade dos seres humanos de reconhecerem-se mutuamente como entidades que podem ser livres e o necessário comprometimento com essa ideia – proporciona um alicerce crucial para uma abordagem mais rica do que a democracia pode – na verdade, deve – envolver para ser digna do nome.

Honneth tem desenvolvido a teoria do reconhecimento por mais de um quarto de século, mas está claro que é uma teoria com uma importância profundamente prática no final da segunda década do século, um tempo de intensa ansiedade sobre se a democracia ainda é possível e, se assim for, onde e em que condições. O próprio Honneth tem tentado, na última década, expandir o conceito de reconhecimento para uma teoria mais ampla sobre “as bases sociais da vida democrática” (HONNETH, 2014). A abordagem completa desenvolvida por Honneth inclui, pela primeira vez, a discussão do papel dos meios de comunicação social em uma teoria do reconhecimento (HONNETH, 2014, p. 281-303). Até então, com exceção do livro pioneiro de Rousiley Maia e seus colegas pesquisadores brasileiros (MAIA, 2014), pouco trabalho tinha sido feito sobre as ligações entre meios de comunicação social e reconhecimento, ainda que nas sociedades contemporâneas as instituições de mídia sejam certamente meios-chave através dos quais a sociedade reconhece indivíduos e suas realidades vividas e, por meio das mídias sociais, os indivíduos venham a reconhecer-se de certas maneiras.

Por outro lado, ao investigar o conceito de voz, argumentei que o reconhecimento, juntamente com a noção de capacidades de Amartya Sen, era uma ferramenta crucial para desenvolver as bases filosóficas do conceito de voz (COULDRY, 2010, p. 103-107). De fato, o capítulo cinco de *Why Voice Matters* [Por que a Voz Importa, sem versão completa em português], onde desenvolvi essa discussão, já foi traduzido para português por Marcus Antonio Asis Lima e Caleb Pereira Lima (COULDRY, 2015). Para mim, o valor da voz, embora tenha muitas bases filosóficas, pode ser proveitosamente aprofundado através do conceito de reconhecimento.

Há muitas razões, portanto, para crer que o conceito de reconhecimento – e em particular, o reconhecimento como atualizado através de meios de comunicação social nas suas várias formas – é uma linha promissora de investigação teórica e empírica sobre teoria social e para a pesquisa em mídia e comunicação social. Por essa razão, este amplo dossiê da *Contracampo* sobre “Mídia e Reconhecimento” é bem-vindo.

Mas há outra razão ainda mais premente para lhe dar as boas-vindas, que diz respeito às crises convergentes na prática democrática. Estas, possuem três elementos. Em primeiro lugar, há os agudos desafios práticos e ideológicos à democracia como forma de fazer política. Segundo, e emergindo dentro

da primeira crise, há tentativas conservadoras generalizadas em todos os continentes para reverter meio século ou mais de reforma social, cultural e política, com o gênero sendo uma importante linha divisória, mas, claro, não a única. Terceiro, e sutilmente ligado aos dois primeiros, há o movimento corporativo, através de uma transformação emergente do tecido social por processos de dataficação, para anexar diretamente ao capital os próprios espaços do social e da produção de sentido.

Deve estar claro por que o conceito de reconhecimento tem algo valioso para contribuir para tentativas de abordar cada componente desta crise contemporânea da democracia. Permitam-me, contudo, dizer um pouco mais sobre o componente menos obviamente relevante dos três: dados. Dataficação – a transformação quase obrigatória do material e do tecido da vida social em dados e, através disso, em um fator de produção capitalista – está transformando o que entendemos como o social e o conhecimento social. Isso já é transformação suficiente. Mas há outra transformação em curso que deriva dos meios em que a dataficação se baseia, que é o contínuo e multi-escalar rastreamento da vida de indivíduos e grupos, o próprio fluxo e textura da experiência.

O conceito de reconhecimento nos sensibiliza para essa violência. Pois no núcleo do conceito de reconhecimento de Honneth está, como já apontei, o entendimento relacional de Hegel da liberdade (*freiheit*). Para Hegel, a liberdade é a “liberdade de estar consigo mesmo no outro”. Como argumento em um novo livro com o teórico Ulises Ali Mejías, as práticas materiais de vigilância de dados documentados (vigilância constante de sujeitos humanos) violam essa possibilidade de liberdade, introduzindo-se no próprio espaço do eu em que essa possibilidade se funda (COULDRY e MEJÍAS, 2019, capítulo cinco). Um conceito de reconhecimento, seguido por meio de pesquisas empíricas e teóricas, pode nos ajudar a registrar e desfazer essa brecha.

Não poderia, portanto, haver nada mais em jogo no empolgante novo trabalho que este dossiê, editado pelos meus amigos e colegas Bruno Campanella e João Magalhães, reúne. Convido vocês a lê-lo atentamente e debatê-lo.

**NICK COULDRY**

*London School of Economics and Political Science*

## Referências

COULDRY, Nick. **Why Voice Matters**. London: SAGE, 2010.

COULDRY, Nick. Filosofias da Voz. **Fólio – Revista de Letras**, v. 7, n. 1, p. 231-267, 2015. <http://periodicos.uesb.br/index.php/folio/article/viewFile/5719/5520>.

COULDRY, Nick; MEJÍAS, Ulises Ali. **The Costs of Connection: How Data is Colonizing Human Life and Appropriating it for Capitalism**. Stanford: Stanford University Press, 2019.

HONNETH, Axel. **Freedom's Right**. Cambridge: Polity, 2014.

MAIA, Rousiley C. M. **Recognition and the Media**. Basingstoke: Palgrave, 2014.

Debates sobre como identidades são constituídas por meio de processos de reconhecimento intersubjetivo são parte central da teoria crítica atual. Geralmente fundado na teoria hegeliana de “autoconsciência”, o conceito de reconhecimento ressurgiu a partir dos anos 1990 como uma tentativa de teorizar a demanda por políticas identitárias em sociedades multiculturais (TAYLOR, 1994) e uma filosofia socioética que aprofunda as dimensões práticas de reconhecimento a partir da análise dos conflitos sociais (HONNETH, 2003). Ainda que atualizadas para darem conta de desenvolvimentos na sociologia e psicologia, essas recentes teorizações preservam o núcleo da formulação de Hegel, segundo o qual há uma articulação intrínseca entre ser e dever ser. Indivíduos tanto *precisam ser* reconhecidos por outros para poderem entender quem eles são (constituírem autoentendimentos) quanto *devem ser* reconhecidos de uma certa maneira para que tais autoentendimentos possam ser qualificados como autônomos. A “grande ideia” hegeliana é que a liberdade reside na formação do “eu”, e que essa formação só pode ser realizada com a presença do outro – e não com sua ausência (BRANDOM, 2007). Disputas em torno de que tipo de reconhecimento é devido a quem configuram, sob essa perspectiva, o próprio motor da história social. Ainda que diversos autores tenham demonstrado suas contradições e insuficiências (um bom exemplo é MCNAY, 2008), a ideia de reconhecimento continua a exercer enorme influência, mesmo que de maneira implícita e indireta. É por exemplo de reconhecimento que muitos dos debates sobre a realização de direitos humanos, democratização e “empoderamento” costumam tratar.

Se processos de reconhecimento dependem da possibilidade da comunicação (HONNETH, 2001), é curioso que seus proponentes ignorem quase que completamente o papel da mídia<sup>1</sup> – e que estudiosos de mídia raramente estudem processos de reconhecimento. Os poucos trabalhos que propõem este tipo de análise (tais como MAIA, 2018; COULDRY, 2010; HJARVARD, 2013, p. 149-151) tendem a pensar os processos de “reconhecimento mediado” como eminentemente positivos. Nesse contexto, os meios de comunicação são tratados como artefatos importantes na formação de subjetividades capazes de se autorrealizar. Essas análises não levam necessariamente em conta, entretanto, algumas práticas midiáticas contemporâneas, especialmente aquelas ligadas às mídias sociais, atravessadas por lógicas econômicas que valorizam uma busca individualizada e por vezes despolitizada de reconhecimento. Essa lacuna epistemológica parece estar em descompasso com a maneira com que as mídias estruturam visibilidades e invisibilidades, o que afeta a própria possibilidade de que os atores sociais se reconheçam uns aos outros. Considerando a importância dos processos de mediatização e dataficação da sociedade (COULDRY; HEPP, 2017), esse tema mostra-se ainda mais relevante.

Esse dossiê propõe-se como um passo para avançar nessa discussão. A amostra trazida nesse dossiê demonstra a amplitude e a centralidade de instituições midiáticas para as relações contemporâneas de reconhecimento (ou desrespeito).

Boa parte dos artigos desse dossiê trata de formatos midiáticos tradicionais – ainda que circulados por meios digitais. Em uma cuidadosa análise empírica de uma amostra do Jornal Nacional no artigo [Um oceano de silêncio: análise das representações sociais de gênero no telejornalismo brasileiro](#), Iluska Coutinho (UFJF) e Caroline Marin

---

<sup>1</sup> Veja, no entanto, HONNETH (2014, p. 262-272).

(UFJF) demonstram que a invisibilização feminina vai muito além do número de mulheres que aparecem no talvez mais tradicional programa jornalístico brasileiro. Pois, mesmo quando existentes, essas mulheres (quase todas brancas), aparecem como vítimas, atadas a estereótipos bem conhecidos de submissão e emotividade. O trabalho de Sônia Virgínia Moreira (UFJF), Monica Sousa (UERJ) e Vânia Fortuna (UERJ), [Imigrantes sem voz: a produção de silêncio na cobertura jornalística das manifestações anti-imigração](#), aponta para uma forma diferente e talvez mais direta de desrespeito. Em reportagens da Folha de S.Paulo e de O Globo de 2017, migrantes que supostamente entraram em “conflito” com ativistas da extrema direita são reduzidos à sua nacionalidade, sujeitos sem nome, sem voz, sem individualidade, elas argumentam. A análise das autoras se torna particularmente relevante perante a ascensão de um movimento conservador radical nacionalista no Brasil, que reinventa uma dormente xenofobia para ajudar a justificar um projeto de poder autoritário. Nesse contexto, a obrigação do jornalismo em dar humanidade aos “outros” que retrata ganha óbvia urgência.

Mas nem só de silêncios – mais ou menos óbvios – são feitas representações midiáticas. Um excelente exemplo é o artigo [Representação, identidade e a emergência de uma nova discursividade política: minorias sexuais e de gênero na série Merlí](#), de Fernanda Elouise Budag (USP) e Nara Lya Cabral Scabin (USP) sobre Merlí, a serie catalã do Netflix sobre um professor que ensina filosofia por meios pouco tradicionais. Mais do que dar voz a personagens “queer”, a série o faz sem o uso de típicos clichês narrativos. Em vez de enfatizar “diferenças” binárias, o foco está nas “diversidades”, fluidas e difíceis de serem rotuladas. No texto [Representações de negritude e de branquitude na produção audiovisual “Dear White People”: tensões e negociações entre identidade e diferença](#), Sátira Machado (UniPampa), Rosane Rosa (UFSM) e Liliane Brignol (UFSM) também encontram em uma série estrangeira, a estadunidense Dear White People, um exemplo similar de forma mediada de reconhecimento. No entanto, se Merlí aparece no trabalho de Budag e Scabin como capaz de escapar das armadilhas inerentes à ideia de “dar voz” a minorias sociais, Dear White People é descrita por Machado, Rosa e Brignol como incorrendo em uma espécie de essencialização da ideia de “raça”. Ainda que a identidade negra apareça como múltipla, a identidade branca é retratada como uniforme, o que pode “acabar reforçando ideologias que racializam seres humanos”, afirmam as autoras. Já no videoclipe brasileiro “Mandume”, analisado no artigo [Mandume: a visualidade do rap como resistência contra o epistemicídio](#), de Lucianna Furtado (UFMG), a possibilidade de agência da pessoa negra, ou do ator periférico brasileiro de maneira geral, parece ser o tópico. Por meio de uma análise bifocal, preocupada com o nexo entre texto e imagem, Furtado demonstra como o clipe desvela “olhares oposicionais” para contestar uma realidade fundada no preconceito e na supressão da alteridade, interpelando o público a também participar desse desvelamento e dessa contestação. Raça é também o tema do artigo [Teoria do reconhecimento e interações cotidianas: o caso das lutas dos quilombolas do Pará](#), de Janine Bargas (Unifesspa) e Rousiley Maia (UFMG) sobre a cultura quilombola. No entanto, em vez de focar em um produto midiático, as autoras sublinham a importância das relações cotidianas na transmutação de desrespeito em luta concreta por reconhecimento.

Esse tipo de interação intersubjetiva cotidiana é cada vez mais realizada em ambientes digitais. Em redes sociais, indivíduos historicamente invisibilizados podem estabelecer relações de reconhecimento. Isso fica claro no artigo [Autismo e a busca por reconhecimento: conexões que enunciam as lutas de redes socioafetivas em casos do Facebook](#), de Igor Lucas Ries (UTP) e Angie Biondi (UTP), que analisa mensagens e reações postadas em quatro páginas no Facebook nas quais diversos atores sociais ligados ao autismo se comunicam. Eles concluem que, nessas páginas, se torna possível a “ressignificação” do sujeito autista, de seus familiares e cuidadores. E isso ocorre, a análise demonstra, em relação às três dimensões de reconhecimento de Honneth – afetiva, legal e social. Novas tecnologias de mídia podem alterar não apenas as possibilidades de interações entre usuários de redes sociais, mas também mudar o próprio sentido da ideia de “reconhecimento”. Esse é um dos possíveis

sentidos do artigo [Um rosto em 14 fragmentos: reconhecimento facial e negociações de visibilidade em redes sociotécnicas](#), de Rafael Rodrigues da Costa (UFC) e Naiana Silva (USP) sobre como usuários comuns do Facebook entendem e negociam a tentativa da plataforma de implantar um sistema de “reconhecimento facial”. Por meio de uma análise qualitativa dos resultados de um questionário – e em diálogo com documentos do Facebook e do recente “manifesto” de seu fundador, Mark Zuckerberg – da Costa e Silva argumentam que essa forma de reconhecimento computacional não se finda no próprio sistema algorítmico que o realiza. Tal sistema é, na prática, mais um “auxiliar decisório” do que um “protagonista”. Normativamente, os resultados são ambíguos. Mesmo ao tentar resistir ao que pode ser entendido como uma forma de desrespeito, os usuários não deixam a plataforma, produzindo, portanto, mais dados para serem explorados.

Ao mostrar como diferentes formas de mediação podem erodir, fortalecer e transformar as relações de reconhecimento, os artigos contidos nesse dossiê demonstram a importância de aprofundar o estudo do nexos entre mídia, comunicação, identidade e justiça.

Além do dossiê, a presente edição da Revista Contracampo traz ainda dois artigos na seção de temáticas livres. São eles: [Tecnologias digitais e temporalidades múltiplas no ecossistema jornalístico](#), de autoria de Carlos Eduardo Franciscato (UFS), que desenvolve uma discussão sobre novas formas de temporalidades na experiência jornalística, dentro de um contexto de expansão das mediações tecnológicas; e [Sobre intermedialidade: cinema, Maracatus, tatuagem e pós-tropicalismos](#), de autoria de Samuel Paiva (UFSCar), que enreda um debate sobre o encontro do cinema de Pernambuco com outras mídias, a partir dos anos 1990.

**BRUNO CAMPANELLA**

Universidade Federal Fluminense

**JOÃO CARLOS MAGALHÃES VIEIRA**

London School of Economics and Political Science

## Referências

BRANDOM, Robert B. The structure of desire and recognition: Self-consciousness and self-constitution. **Philosophy & Social Criticism**, v. 33, n. 1, p. 127-150, 2007. <https://doi.org/10.1177/0191453707071389>.

TAYLOR, Charles. The Politics of Recognition. *In*: Gutmann, A.; Princeton, N.J. (Eds.). **Multiculturalism**. New Jersey: Princeton University Press, 1994. p. 25-73.

COULDRY, Nick. **Why voice matters: Culture and politics after neoliberalism**. London: SAGE, 2010.

COULDRY, Nick; Hepp, Andreas. **The mediated construction of reality**. London: John Wiley & Sons, 2017.

HONNETH, Axel. Recognition: Invisibility: On The Epistemology Of Recognition. **Aristotelian Society Supplementary**, v. 75, p. 111-126, 2001. <https://doi.org/10.1111/1467-8349.00081>.

HJARVARD, Sitig P. **The mediatization of culture and society**. London: Routledge, 2013.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003.

MAIA, Rousiley. **Mídia e Lutas por Reconhecimento**. São Paulo: Paulus, 2018.

MCNAY, Lois. The trouble with recognition: Subjectivity, suffering, and agency. **Sociological theory**, 26, n. 3, p. 271-296, 2008.

## EQUIPE EDITORIAL

### **Editoras-chefes**

Ariane Holzbach (UFF)  
Thaiane Oliveira (UFF)  
Ângela Pryshton (UFPE)

### **Editores-convidados**

Bruno Campanella (UFF)  
João Carlos Magalhães (LSE/London)

### **Editores-executivos**

Luana Inocêncio (coordenadora)  
Caio Melo  
Gabriel Ferreirinho  
Lucineide Magalhães  
Matheus Bibiano  
Paula Fernandes  
Renata Menezes Constant  
Rodrigo Reis

### **Triagem**

Seane Melo (coordenadora)  
Mayara Araújo

### **Revisão**

Ana Luiza de Figueiredo Souza (coordenadora)  
Ana Paula Barros  
Manuela Arruda Galindo  
Rodrigo Quinan  
Verônica Lima

### **Tradução / Versão**

Patrícia Matos (coordenadora)  
Deborah Santos  
Jessika Medeiros  
Leonam Dalla Vecchia

### **Projeto gráfico / Diagramação**

Érica Ribeiro (coordenadora)

### **Planejamento estratégico**

Lumárya Souza (coordenadora)  
Angélica Fonseca  
Beatriz Medeiros  
Camilla Quesada Tavares  
Daniela Mazur  
Ícaro Joathan

### **Comunicação**

Pollyane Belo (coordenadora)  
Lucas Bragança  
Nayara Amaral